

# Crônica de uma guerra estúpida

» JOSE VICENTE PIMENTEL  
Embaixador aposentado



Ormuz estava aberto para cargueiros de todas as bandeiras. Os preços do petróleo mantinham-se em patamar estável, o que favorecia compradores asiáticos, vendedores árabes e o mercado global. Eis que Netanyahu convence Trump de que chegara o momento de aniquilar os aiatolás, que teriam perdido apoio popular ao reprimir os protestos populares de fevereiro. Movido por empáfia e hubris, Trump despejou bombas no território iraniano e matou Khamenei. Só que o filho assumiu e, em vez de se render, fechou as duas pontas do Estreito.

Possesso, o ministro da Defesa Pete Hegseth ameaçou fazer o Irã regredir à idade da pedra. Mais bombas caíram, atingindo também escolas, hospitais e outros alvos civis. Nem assim os iranianos se renderam. Pelo contrário, demonstraram força para atacar países aliados dos EUA no Golfo Pérsico. Nos EUA, a economia começou a dar sinais de enfraquecimento. Ato contínuo, pesquisas registraram nova queda de popularidade do governo.

Dia 7, foi a vez de Trump tropejar num tuíte apocalíptico que, caso Ormuz continuasse fechado, "uma civilização inteira desaparecerá para sempre na noite de hoje". Como? Explodindo bombas atômicas? Matando 90 milhões de pessoas?

No seu triunfalismo midiático, Trump vai logo cantando vitória e exigindo a subserviência dos adversários. Desta vez, porém, patenteou-se a miopia de sua estratégia. A dificuldade para vencer mais uma guerra que não deveria ter começado evidencia os limites do poder americano.

O regime iraniano sai até fortalecido pela extraordinária demonstração de resiliência. Ganhou consciência, ademais, de que o estreito de Ormuz pode ser um trunfo a seu favor, detalhe que Trump parecia desconhecer, e os russos conheciam de sobra. Nas negociações que se iniciam em Islamabad, o Irã dispõe da boa vontade e eventual assistência de Putin, que sai vencedor nesse imbróglio.

A Europa perde. Uma das mais preocupantes consequências da guerra é o agravamento das relações entre os EUA e a Otan. Ao negarem ajuda para desobstruir Ormuz, os europeus expuseram-se a uma confrontação com o imprevisível Trump. Assim, a retirada americana do bloco passa a ser uma hipótese real. Num tal cenário, quem se beneficiaria, mais uma vez, seria Putin.

Outra consequência com que a Casa Branca não contava é que o fechamento de Ormuz expôs a fragilidade do sistema baseado em combustíveis fósseis. Os países asiáticos estão apressando compras de maquinário de energia renovável. Os EUA perdem competitividade comercial para a China, que domina a tecnologia da energia limpa.

Trump emburrou-se com problemas imprevistos. A segurança dos cidadãos americanos entra em jogo. Nas Filipinas, por exemplo, onde foi decretado estado de emergência devido ao desabastecimento de petróleo,

manifestações na frente da embaixada americana fizeram lembrar o tempo da guerra no Vietnã. Até na Austrália se fala em rever o Aukus, aliança estratégica trilateral com os EUA e o Reino Unido para conter a China no Indo-Pacífico.

Essa evolução na política interna australiana sugere que a China, sem dar um tiro, emergiu como a principal beneficiária da guerra. O próprio Trump confirmou que a diplomacia chinesa ajudou a convencer os iranianos a negociar a paz. A confirmação aumenta o trânsito diplomático chinês. Entre os países árabes, vários porta-vozes árabes já manifestaram de público que passaram a ter uma visão mais favorável da China.

Trump perdeu. Colou na sua imagem a manipulação por Netanyahu. Os prognósticos Democratas com relação às eleições parlamentares de 4 de novembro tornaram-se muito mais otimistas, e Trump já revelou receios de que uma derrota Republicana redunde no seu impeachment pelo Congresso americano. A campanha será acirrada e, nesse contexto, as eleições do último domingo na Hungria devem ser scrutinizadas, sobretudo para se aferir a influência da utilização da tecnologia da IA nos resultados eleitorais.

Por fim, impõe-se lembrar que o Tribunal de Nuremberg deitou jurisprudência segundo a qual palavras que estimulam a destruição de um povo equivalem a um crime. Juristas internacionais começam a emitir pareceres de que, no âmbito do direito internacional moderno, o tuíte de Trump seria o caso mais evidente da intenção de genocídio. Ou seja, além da possibilidade de um impeachment, Trump pode ter de se preocupar com um processo no Tribunal Penal Internacional.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



## 6x1: o velório e o controle do corpo

» LEOMAR DARONCHO  
Procurador do Trabalho



Limitar o tempo de trabalho é um ponto determinante na organização da vida, da família e da sociedade. A modulação do tempo à disposição determina o controle da vida e dos corpos dos subordinados.

A reflexão parte da análise do professor Renan Kalil sobre a disputa na questão da escala 6x1, que critica a manipulação do discurso, contrário à atualização das pausas civilizatórias, visando "disciplinar os corpos e garantir que a vida do trabalhador gravite exclusivamente em torno dos interesses do empregador".

O controle sobre os subordinados e seus corpos é questão central da resistência à revisão da distribuição do tempo, impedindo que seja assegurada a realização de outras dimensões da vida do trabalhador, nas esferas individual, familiar e comunitária. O modelo atual pode inviabilizar, inclusive, a participação em atos familiares e religiosos.

O professor Kalil contesta o alarmismo conservador. Aponta evidências de que o crescimento econômico das últimas décadas agravou o constrangedor quadro de desigualdades. A divisão dos ganhos segue como uma promessa a realizar.

Além do apelo a malabarismos "técnicos" e ao terrorismo econômico, alguns argumentos contrários à atualização integrarão o anedotário

do Parlamento, em que figuram discursos contrários à Lei Áurea, em 1888. O senador Barão de Cotegipe indicava o "temor à desordem" e a ameaça de desorganização social e econômica pelo fim do "elemento servil".

Na época, o papa Leão 13 — Encíclica Rerum Novarum — apontava a necessidade de limitar as horas de trabalho e observar o repouso, permitindo que o homem se ocupasse da vida ordinária, da reflexão e do culto à divindade.

A Lei Áurea é um marco na limitação do controle sobre o corpo do trabalhador. Em seguida, leis setoriais estabeleceram modulações de tempo, até que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, fixou a regra geral de 8 horas/dia e 48 na semana. A Constituição de 1988, retomando o processo democrático, reduziu o módulo semanal para 44 horas. As inovações legislativas na matéria nem sempre são civilizatórias. No atropelo da Reforma Trabalhista de 2017, foi aprovado dispositivo que excluía as regras de duração do trabalho e intervalos do que deveria ser considerado como norma de saúde e segurança do trabalho.

Quando diversos países estão reduzindo o tempo de trabalho para a proteção da saúde, promoção de qualidade de vida e da produtividade, a sociedade brasileira tem a oportunidade de atualizar-se em modelo em que haja tempo para a família, a formação, o lazer, a cultura e a participação social e espiritualidade. Estaria sendo cumprida uma das promessas do avanço tecnológico e dos dispositivos eletrônicos.

É fato que brasileiros estão ameaçados por eventual decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em nome da fictícia liberdade, pode legitimar fraudes e legalizar a submissão de

escravos da necessidade, sem direitos mínimos e sem controle de tempo. Porém, há setores que dependem de trabalhadores vinculados. A efetiva presença de operários, mal remunerados, por vezes é assegurada de forma abusiva, ameaçando o salário ("prêmio assiduidade", que força o trabalho de doentes), ou os corpos.

O ritual da vigília à luz de velas remonta ao período medieval. A necessidade de segurança quanto ao desfecho da vida evoluiu para um costume religioso e cultural em que familiares e amigos se despedem do falecido.

Enquanto a legislação penal assegura o comparecimento de condenados, no caso de morte ou doença grave de familiares, pode causar espanto que a Justiça do Trabalho tenha sido acionada para garantir, sob pena de multa, a liberação de colegas para as últimas homenagens a oito vítimas de uma explosão na fábrica, no Paraná, em 2018.

Em Mato Grosso, em 2024, foi indenizada a empregada do frigorífico que, em trabalho de parto de gêmeas, foi impedida de buscar atendimento e abortou. Em Palmas, em 2015, o estarecedor caso da bancária que, após um aborto, não pôde deixar a agência durante o expediente, com o feto guardado em um saco plástico.

Em Minas Gerais, foram indenizados trabalhadores impedidos de comparecer ao enterro da mãe, em 2014 e 2016, e do sogro, em 2022. Em São Paulo, em 2024, foi revertida a dispensa (justa causa) de uma auxiliar que faltou ao trabalho em razão de internação do filho de 1 ano, apesar do atestado médico correspondente.

São evidências ilustrativas de que o fim da escala 6x1, atualizando o tempo de trabalho e o controle sobre os corpos, é um imperativo civilizatório.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## Transparência Internacional faz novo e preocupante alerta

Relatórios e declarações recentes envolvendo a Transparência Internacional e a atuação de parlamentares no Senado Federal reacendem um dos temas mais sensíveis da vida pública brasileira: a relação entre instituições do Estado e a criminalidade organizada. Trata-se de um debate que exige, acima de tudo, cautela, rigor analítico e responsabilidade na interpretação dos fatos. Segundo a avaliação divulgada, há sinais preocupantes de fragilidade institucional que poderiam favorecer a chamada "captura do Estado", conceito utilizado na ciência política para descrever situações em que interesses privados ou ilícitos passam a influenciar decisões públicas de maneira indevida.

A menção à "captura do Estado" carrega peso conceitual significativo. Trata-se de um fenômeno estudado em diversos países, especialmente aqueles com instituições mais frágeis ou em processo de consolidação. No entanto, sua aplicação exige critérios claros e evidências consistentes. Generalizações amplas podem gerar efeitos colaterais indesejados, como a deslegitimação indiscriminada de instituições que continuam desempenhando funções essenciais.

Outro aspecto relevante é o impacto desse tipo de debate sobre a confiança pública. Quando a sociedade passa a perceber que instituições estão comprometidas, o risco não é apenas político, mas também social e econômico. Investimentos são afetados, a governabilidade se fragiliza, e o próprio tecido democrático pode sofrer erosão. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o sistema institucional brasileiro dispõe de mecanismos de freios e contrapesos. A atuação de tribunais, órgãos de controle, imprensa e sociedade civil constitui uma rede que, embora imperfeita, tem capacidade de investigar, expor e, em muitos casos, corrigir desvios.

No mesmo contexto, declarações atribuídas ao senador Alessandro Vieira, no âmbito de uma CPI, acrescentam uma dimensão política e institucional ao debate. Relatórios parlamentares, por sua natureza, são instrumentos de investigação política, com valor relevante, mas que não substituem o devido processo legal conduzido pelas instâncias judiciais competentes. Pedidos de indiciamento, portanto, devem ser compreendidos como parte de um processo, e não como veredictos conclusivos. Esse conjunto de elementos relatórios de organizações internacionais, investigações parlamentares e cobertura midiática contribui para formar uma percepção pública de risco institucional. No entanto, é fundamental distinguir entre percepção, indício e comprovação.

Em democracias consolidadas, acusações graves contra autoridades exigem provas robustas, respeito ao contraditório e decisões fundamentadas no sistema de Justiça. Por outro lado, ignorar alertas dessa natureza também não é uma opção responsável. O Brasil já enfrentou, em diferentes momentos de sua história recente, escândalos de corrupção que envolveram agentes públicos e privados em larga escala. Investigações conduzidas por órgãos como o Ministério Público, a Polícia Federal e o próprio Judiciário revelaram esquemas complexos que afetaram a confiança nas instituições. Nesse sentido, o alerta sobre possíveis vulnerabilidades institucionais deve ser entendido como um chamado à vigilância e ao fortalecimento dos mecanismos de controle. Transparência, accountability e independência dos Poderes são pilares para evitar que estruturas estatais sejam utilizadas de forma indevida.

A cobertura da imprensa, por sua vez, desempenha papel central nesse processo. Veículos de comunicação têm noticiado tanto os alertas de organizações internacionais quanto as disputas políticas internas, contribuindo para ampliar o debate público. No entanto, a responsabilidade jornalística exige que essas informações sejam apresentadas com contexto, evitando conclusões precipitadas. O momento exige equilíbrio. De um lado, não se pode minimizar alertas sobre possíveis riscos de infiltração criminosas ou de captura institucional. De outro, é igualmente importante evitar narrativas que transformem suspeitas em certezas sem o devido respaldo factual.

A democracia se sustenta justamente na capacidade de lidar com crises por meio de instituições. Quando essas instituições são questionadas, a resposta não deve ser o descrédito generalizado, mas o fortalecimento dos mecanismos de investigação, transparência e responsabilização. O desafio, portanto, não está apenas em identificar eventuais problemas, mas em enfrentá-los dentro das regras do Estado de Direito. Isso implica respeitar processos, garantir ampla defesa e assegurar que decisões sejam baseadas em evidências. Se há riscos, eles devem ser tratados com seriedade. Se há acusações, devem ser investigadas com rigor. E se há dúvidas, devem ser esclarecidas com transparência.

Fora desse caminho, o debate corre o risco de se transformar em terreno de incerteza permanente, onde a confiança pública se deteriora sem que soluções concretas sejam construídas. No fim, a solidez de uma nação não se mede pela ausência de crises, mas pela forma como elas são enfrentadas. E é justamente nesse ponto que se define se os alertas servirão como instrumento de fortalecimento institucional ou como elemento de desestabilização.

### A frase que foi pronunciada:

"A CPI do Crime Organizado não tem lado, não tem preferência institucional e não tem compromisso com órgãos, governos ou figuras públicas. Nosso compromisso é com a verdade, com os fatos e com o interesse da população brasileira."

Senador Fabiano Contarato

### História de Brasília

Outra solução também dada pelo presidente foi sobre o caso dos professores. Hoje haveria aula no ensino médio, e os professores já deixaram as casas do BNDE, invadidas na madrugada de 21 de abril. (Publicada em 17/5/1962)